

# A vulnerabilidade no Haiti: uma construção histórica

GT 8 : Desigualdades, Vulnerabilidade e Exclusão social

Ponencistas:

Raquel Otoni Araújo (psicóloga, mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Vila Velha – UVV-ES (ES, Brasil); pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais/NEUS/UVV-ES, voluntária da ONG MAIS, raquel.oaraujo@gmail.com)  
Teresa da-Silva-Rosa (Pós Doutorado em Sociologia Ambiental (CPDA/UFRRJ), PhD em Socioeconomia do desenvolvimento (EHES – Paris); Professor titular, Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Vila Velha – UVV-ES (ES, Brasil); Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais/NEUS/UVV-ES; [tsrosaprof@yahoo.com.br](mailto:tsrosaprof@yahoo.com.br))

## Resumo:

Este trabalho objetiva discutir a importância da dimensão histórica na vulnerabilidade que, como processo construído e mantido no tempo, evidencia a fragilidade do vínculo social antes de sua ruptura. Em 2010, o Haiti sofreu um terremoto que resultou na morte de milhares e em mais de um milhão de desabrigados. Outros fatores agravaram as consequências, evidenciando as vulnerabilidades já existentes. Estas são complexas, por refletirem aspectos sociais, históricos, econômicos, culturais e políticos, possibilitando a compreensão do desastre para além do natural. A relevância da história na construção da vulnerabilidade no Haiti é evidente, posto que, desde da sua colonização, o país vivenciou práticas de desigualdade, dominação e exclusão, predispondo a população a maior susceptibilidade aos danos do desastre.

**Palavras chaves:** Haiti, vulnerabilidade socioambiental, exclusão, contexto histórico

## 1 INTRODUÇÃO

Quando a pobreza é analisada na América Latina e no Caribe, um paradoxo se apresenta. Por um lado, tais regiões têm apresentado um crescimento econômico, colocando-as em posição de destaque no cenário internacional, com uma renda média per capita que, em 1992, ultrapassava US\$ 2,675, tendo passado para US\$ 4.823, em 2009, quando a média mundial, que era de US\$ 5.868, segundo o relatório da ONU-Habitat /Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT, 2012). Enquanto por outro lado, são as regiões apresentando as maiores disparidades econômicas na distribuição de renda.

A pobreza não é somente revelada pela carência financeira, apresentando-se como um objeto da economia. Enquanto objeto histórico sociológico, ela pode ser analisada observando-se os seus antecedentes para que se entenda o presente (perspectiva histórica) ou observando-se o próprio presente enquanto fato real (perspectiva sociológica) (Geremek, 1997). Além da renda individual, a pobreza ainda pode ser avaliada a partir de indicadores sociais como a saúde, a mortalidade e a educação. Deste modo, quando o crescimento econômico e social beneficia principalmente os ricos e, em contrapartida, as desigualdades de renda se mantêm em crescimento, é criada uma situação insustentável a longo prazo, uma vez que as tensões sociais, resultantes do agravamento das desigualdades, impedem tal processo de crescimento. (Hicks, 1994)

Correlacionado diretamente com a pobreza e a exclusão, está a vulnerabilidade de uma comunidade. Tal relação acontece uma vez que a vulnerabilidade é considerada como sendo "... inerente ao processo contemporâneo de expansão da economia capitalista que, integrando novas áreas a sua racionalidade, produz situações de exclusão social." (Da Silva Rosa; Mattos, 2012). Isto ocorre em função das características da construção da vulnerabilidade, que se instaura a partir da espacialização tanto da desigualdade quanto da exclusão a partir da urbanização. (ibid.).

Com base na perspectiva histórica de Geremek (1997), a vulnerabilidade de uma comunidade pode ser compreendida como sendo historicamente construída devido ao modelo de desenvolvimento gerando exclusão, colocando populações inteiras em situações de risco socioeconômico e ambiental, como tem sido visto atualmente, sob o impacto de um evento natural, o qual vem expô-las a situação de risco e desastre. Desta forma, o desastre no cenário de pobreza passa a ser considerado não mais como um evento natural, mas, sim, como um evento socioambiental por conta das variáveis de vulnerabilidade que estão envolvidas na ocorrência do fenômeno natural, as quais têm influência na resposta ao mesmo.

Além do evento natural em si, o desastre compreende, assim, os fatores sociais, econômicos e ambientais contribuintes para a vulnerabilidade produzidos pelo processo de desenvolvimento, os quais existem antes do evento natural ocorrer. Após o desastre, o manejo da resposta emergencial e o atendimento às necessidades básicas e sociais resultantes de tal situação (como prover alimento, abrigo, locomoção, etc.) vêm desvelar a situação de desarticulação das instituições locais e do tecido social. Deste modo, o desastre “natural” passa a ser visto como um fenômeno social, apresentando um caráter de ruptura da estrutura ou do sistema social (Ministério da Integração Nacional, 2007; Valêncio, 2010) que, anteriormente, se apresentava como desarticulado. Mais do que isto, o desastre tem um caráter intrinsecamente socioambiental na medida em que as comunidades socialmente vulnerabilizadas estão situadas em áreas de risco (tais como encostas de morros ou margens de rios), significando uma superposição espacial da situação de risco com as situações de exclusão e pobreza (Da Silva Rosa; Mattos, 2012).

Na América Latina, o caso do Haiti é emblemático. Ele é um país com um passado colonial e características causadas por esta relação injusta, estando situado sobre uma falha geológica (Falha de Enriquillo-Plantain Garden<sup>1</sup>), situação possivelmente ignorada por autoridades políticas e técnicas locais até o terremoto de janeiro de 2010. O Haiti é um dos países mais pobres do mundo, sendo o mais pobre das Américas com uma necessidade significativa de melhoria nos seus serviços básicos. , já que, dos 10 milhões de haitianos, quase 80% vivem com menos de 2 dólares americanos por dia. Em levantamento da Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (UNOCHA, 2013), constatou-se que há 54,9% das pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia<sup>2</sup>. Devido a isto, ele recebeu ajuda humanitária através de projetos de desenvolvimento da cooperação internacional durante décadas. Segundo o Banco Mundial (World Bank, 2013). Apesar disto, o que se observou, em decorrência do terremoto de janeiro de 2010, foi um caos instalado devido as rupturas e as vulnerabilidades que já caracterizavam a sociedade haitiana, antes mesmo do terremoto.

A partir de uma revisão bibliográfica e com base na observação feita durante várias missões ao Haiti, além de um levantamento de dados atual sobre a situação socioeconômica do país, este trabalho objetiva discutir o papel da dimensão histórica para os estudos de vulnerabilidade socioambiental com vista à sua mitigação e dos riscos produzidos pela exclusão.

Num primeiro momento, se discutirá sobre a questão da pobreza e da exclusão e a sua relação com a produção de vulnerabilidade social num contexto de histórico de passado colonial. . Em seguida, serão discutidos os períodos mais marcantes da história do Haiti, procurando mostrar como a vulnerabilidade social, econômica e ambiental foi sendo historicamente tecida no processo de inserção do país na economia internacional. Por fim, buscaremos traçar as conclusões mais relevantes no estudo sobre o processo histórico e suas influências na construção da vulnerabilidade, especialmente no caso haitiano.

## 2 A EXCLUSÃO E A PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADE

A experiência da modernidade é paradoxal: De um lado, ela sugere a transformação do ser humano e o desenvolvimento social quando, por outro lado, ameaça o meio ambiente com a exploração ilimitada de seus recursos e, em particular, do ser humano enquanto os desune através de constantes

---

<sup>1</sup> Ver mapa no anexo 1.

<sup>2</sup> Ver no anexo 2 mais dados sobre o país divulgados no mesmo relatório.

ambiguidades, mudanças e contradições (Berman, 2007). O projeto da modernidade deveria ter sido emancipador, gerando transformação para o desenvolvimento do ser humano. Casos como o Brasil e Haiti mostram, porém, que noção de modernização trazida no bojo de tal projeto é sinônimo de urbanização e de crescimento econômico que não promoveram integração e coesão social e, sim, exclusão (Velloso, 1994). Percebe-se, ainda, que não se focou na construção de uma cidadania plena e nem na satisfação das necessidades básicas das comunidades. Consta-se, um crescimento focado somente na dimensão econômica, onde os aspectos sociais foram deixados de lado. A educação, o saneamento e a saúde de má qualidade são um forte agravante (ibid.) e denunciam os desafios que tal projeto coloca além do aprofundamento da exclusão e do comprometimento de todo um projeto de sociedade justa e sustentável.

Assim, nesse contexto da modernidade excludente, a pobreza tem sido um dos temas de maior discussão, principalmente, desde o fim da Segunda Guerra Mundial visto que a cooperação internacional, desde o Pós Segunda Guerra, tem a redução da pobreza como meta. Rahnema (2003) atenta para o fato de que a pobreza é um pretexto que justifica e reforça o controle de instituições e organizações de intervenção internacional e de “engenharia” social. Além disto, ela é, para este autor, um alibi na medida em que permite, para a sociedade economicista, reivindicar a proteção, mesmo que ela seja o ator do processo de pauperização, estranha a toda complexidade dos cidadãos em situação de pobreza.. Tudo isto vem confirmar (e reafirmar) a preocupação mundial em torno do tema quando um dos oito Objetivos do Milênio (ONU, 2000) é acabar com a fome e a miséria, propondo a redução da porcentagem da população que vive na linha extrema da pobreza até 2015.

Mollat (apud. Geremek, 1997) afirma que a pobreza é formada por realidades sociais complexas e dinâmicas. Essa complexidade é caracterizada por um esvaziamento das concepções reducionistas, quantitativas e classificatórias, típicas da modernidade, em favor de integrar a leitura da realidade aspectos como o imprevisível, o incerto, o interdisciplinar, o multidimensional, enfim, uma metodologia que propõe a unidade na diversidade dos saberes e das práticas (Morin, 2007). O que se pretende com a transposição desta perspectiva complexa para o caso da pobreza é compreender a construção da pobreza nas suas múltiplas faces.

Inicialmente, cabe citar que Rahnema (2003) atenta para o fato de que, independentemente da situação inegável de uma condição humana dolorosa que é a pobreza, é importante se procurar compreender como a construção social feita realmente corresponde à realidade que ela representa. Se tomarmos a abordagem temporal, veremos que a pobreza, em diferentes épocas, é explicada e percebida com base em um conjunto culturalmente determinado fatores. Assim, Geremek (1997) demonstra a complexidade e o dinamismo da pobreza ao descrever sua construção desde a Idade Média até a Idade Contemporânea. Se por um lado, na Idade Média, a pobreza apontava para o sagrado, de forma que os pobres eram escolhidos por Deus para estarem em dada situação econômica e os fiéis eram abençoados ajuda-los. Por outro lado, a pobreza, na Modernidade, é a miséria tolerada pelo sistema vigente, no qual o próprio capitalismo passa a ser o multiplicador da pobreza (ibid.). É possível se observar que há um deslocamento de uma concepção de fundo religioso e de caridade, tipicamente medieval, para uma de caráter degradante de desordem social que vai fazer parte do contexto da Modernidade. Na Contemporaneidade, a pobreza se transforma em um paradigma social marcado pela marginalidade e criminalidade e resultante da insuficiência de trabalho e consumo (ibid.). Vemos, assim, que, apesar das características diversas que apresente, a pobreza teve diversas representações e/ou percepções em função do contexto histórico geral e.

Rahnema (2003) identifica quatro fatores pertencentes ao que ele considera como sendo uma “arquitetura da pobreza”. Para ele, independentemente das diferenças nas percepções da pobreza, estes fatores vão aparecer na construção da pobreza sendo que um deles é determinante, como se verá a seguir. São eles: os fatos ou materialidades que entram em toda representação da realidade; a percepção que o sujeito tem dele mesmo e de sua condição; o olhar do outro sobre este sujeito e sua condição; e as condições culturais, sociais, políticas e tecnológicas que, *a uma dada época*, influenciam e determinam os três primeiros fatores (id. 2003, p. 124).

Mais recentemente, o caráter social da pobreza tem chamado atenção devido a situação, historicamente, insustentável na qual vivem populações em várias parte do mundo. Apesar disto,

autores têm colocado luz sobre a necessidade de não se perder de vista o contexto ou as condições acima postas por Rahnema. Neste sentido, Souza (2004) afirma que o crescimento econômico e os seus benefícios não têm sido compartilhados por todos e que a distribuição dos resultados ou benefícios deste crescimento responderia questões sociais tais como a pobreza. Contudo, o que carece nesta perspectiva é a consideração da multidimensionalidade da pobreza, o que nos remete a ideia de complexidade, proposta por Morin (2007). Afinal, compreende-se que vários fatores estão presentes na construção da pobreza, sendo eles tão importantes quanto o econômico na sua explicação. E nestas várias dimensões se inscreve o discutido por Kanbur e Squire (2000) para quem a pobreza reflete-se em categorias mais sociais tais como as condições de longevidade, alfabetismo, saúde e alimentação, por exemplo. Nas palavras destes autores,

Qualquer definição razoável de pobreza implique que um número significativo de pessoas estejam vivendo em circunstâncias intoleráveis nas quais fome é uma ameaça constante, doença é uma companhia familiar, e opressão é um fato da vida. (p. 183, tradução nossa)

Estas circunstâncias insustentáveis mostram, por elas mesmas, que, para as populações atingidas, a cidadania plena é algo ainda para ser efetivado além de evidenciar o quanto elas estão vulnerabilizadas. A título de ilustração vejamos o que se segue. Tais autores colocam luz sobre um ponto importante para o debate sobre a pobreza: a fome. Para Rahnema (2003), a civilização mercantil, ao provocar a destruição das relações de solidariedade social, faz surgir a pobreza na Modernidade e, com ela, a fome como fenômeno social, que inexistia nas sociedades primitivas. Ele lembra, ainda, que Polanyi considerou estas últimas mais humanas e menos econômicas que a economia de mercado, justamente por que, na Contemporaneidade, populações morrem de fome (apud, Rahnema, 2003, p. 49).

Típica de regiões periféricas, a pobreza, na Contemporaneidade, pode, ainda, ser relacionada com a vulnerabilidade social e o risco na medida em que a pessoa pobre, privada do acesso aos fatores necessários para satisfazer as suas necessidades básicas, vem sofrer, em maior intensidade, com o risco (seja ele de qualquer natureza, como ambiental ou econômico) por não ter como se proteger adequadamente, tornando-se, portanto, vulnerável. Desta forma, percebe-se que quando a desigualdade e a exclusão são espacializadas, se tem a vulnerabilidade, como no caso dos países menos desenvolvidos. (Lemos et al. apud Da Silva Rosa; Mattos, 2012). Isto nos leva a atentar para o quanto a tríade fome - doença - opressão (agravadas pela falta de acesso a uma educação e saúde de qualidade) são inerentes a noção de pobreza e, por conseguinte, a de vulnerabilidade no contexto, principalmente, de regiões ou de países periféricos. No entanto, Cardona (2005) chama atenção para o fato de que estas duas categorias não são sinônimas, mas, sim, a pobreza é um fator da vulnerabilidade. Compreende-se, porém, que aquela é produto de um modelo de desenvolvimento excludente, que se instala pela das relações coloniais que marcaram o mundo durante 400 anos.

Considerando isto, Abramovay et al. (2002) afirma que a discussão sobre a vulnerabilidade social se expandiu a partir dos estudos sobre a pobreza, procurando abordar de forma integral o fenômeno da pobreza em si. A vulnerabilidade social, para esses autores, resulta

... da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. (Abramovay et al., 2002, p. 29)

Nesta direção, Lavinias (2002) vai afirmar que pobreza e exclusão são fenômenos essencialmente urbanos devido ao modo pelo qual as condições de vida das pessoas, a dinâmica do mercado de trabalho e o pacto de coesão social foram estabelecidos. Afinal, são estes fatores capazes de estruturar as interações e relações entre sociedade civil, Estado e mercado (id. 2002). Cabe ressaltar

que forças globais contribuem para a produção da vulnerabilidade: padrões de fluxo de informações, acesso ao mercado global, crescimento populacional, pressão da economia global, urbanização, degradação ambiental, mudanças ambientais globais e a guerra (Kasperon et al., 1995; Blakie et al., 1994, apud Pelling, 2003), típicas na Contemporaneidade, mas que refletem o passado colonial de regiões periféricas.

Sem aquela condição de acesso aos recursos e às instituições sociais, econômicas e culturais, o indivíduo se vê exposto aos dois fatores da vulnerabilidade apresentado por Chambers (apud Kanbur; Squire, 2000), a saber, um externo e um interno. O externo se refere ao quanto o indivíduo está exposto ao risco, estresse ou situações de choque. Já o interno diz respeito a falta de capacidade de defesa e de meios para lidar com a situação, causando perdas prejudiciais, em outras palavras, não sendo capaz de responder a situação de estresse por falta de ter conhecimento de estratégias de resiliência. Neste último caso, cabe lembrar que o acesso a uma educação de qualidade pode contribuir para melhorar esta capacidade em lidar com situações várias, entre elas a de risco e desastre, na medida em que a literatura considera que o acesso ao conhecimento é fator primordial da redução de desastres tal como é o caso do Marco de Ação de Hyogo<sup>3</sup> para a redução de desastres. Uma de suas ações prioritárias se resume ao uso da educação e do conhecimento para criar a cultura da segurança e da resiliência (UNISDR, 2005)

Portanto, transpondo para o caso dos desastres, aqueles dois fatores da vulnerabilidade parecem ser mais evidentes como veremos a seguir. Em um estudo sobre a vulnerabilidade e as questões de sociedade e meio ambiente na América Latina, Santos (2008) define o termo ressaltando sua relação com os desastres, afirmando que a vulnerabilidade é um

“...fator de risco interno de um elemento ou grupo de elementos expostos a uma ameaça, correspondente a sua predisposição intrínseca a ser afetado, de ser suscetível a sofrer um dano, e de encontrar dificuldades em recuperar-se posteriormente, [como também] suscetibilidade física, econômica, política ou social que tem uma comunidade de sofrer efeitos adversos por via de um fenômeno perigoso de origem natural ou causado pelo homem.” (p.139-140)

Ou seja, a vulnerabilidade é dada de acordo com a (baixa) capacidade (ou incapacidade) de uma comunidade se posicionar frente a ameaças, sejam elas naturais e/ou causadas pelo homem. Tal incapacidade se refere à baixa prevenção e preparação, ao enfrentamento debilitado da ameaça, quando esta se torna um evento nas vias de fato e à reconstrução deficitária da comunidade após a ocorrência do evento adverso. Numa ótica complexa, a vulnerabilidade pode ser compreendida como a incapacidade em responder a um desastre em função de situações de risco nas quais um grupo social se situa.

Por causa disto, consideramos que as populações são vulnerabilizadas por estarem em uma condição de risco socioambiental pré-existente ao estresse ao qual estarão submetidas (Da Silva Rosa et al, 2013), isto é, uma condição que foi sendo historicamente tecida. Cabe lembrar que, na maioria dos casos, tais populações são forçadas a viver nestas condições de risco (O’Riordan apud, Braga et al, 2006) tanto pelo processo de desenvolvimento excludente (que, muitas vezes, reproduz o processo de colonização) como pela falta de políticas públicas capazes de tratar esta situação. Neste sentido, a vulnerabilidade no contexto de eventos naturais (sejam eles climáticos ou sísmicos) vem expor a insustentabilidade socioambiental do projeto da Modernidade colocado em prática pelo processo de desenvolvimento capitalista industrial. Isto significa que compreender que a redução da vulnerabilidade é uma ação contemplando, de um lado, a redução destas condições de exclusão das comunidades que foram historicamente estabelecidas e, de outro, incentivando as suas capacidades de reação através do aumento da resiliência através de políticas públicas setoriais capazes de integrarem a redução de desastres no seu discurso.

---

<sup>3</sup> Quadro ou Marco da Ação de Hyogo para 2005-2015 é o documento final da Conferência Mundial para a Redução de Desastres, estabelecendo as Estrategia Internacional para a Redução de Desastres

### 3 A CONSTRUÇÃO DA VULNERABILIDADE : A HISTORIA DO HAITI

Considerando o acima, procuraremos mostrar, nesta parte, que o processo histórico tem o seu papel na compreensão da construção de situações de vulnerabilidade. Tomaremos o caso do Haiti, a partir da sua história de região periférica, marcada por revoluções políticas e sociais, que acaba predispondo a sua população, em particular, as suas comunidades carentes a estarem expostas ao risco e mais suscetíveis aos danos do desastre. País caribenho de baixa renda com 77% da população na linha da pobreza (World Bank, 2001), o Haiti é um bom exemplo para perceber-se como diferentes fatores, em especial, o histórico, interferiram, e ainda interferem, na construção da vulnerabilidade socioeconômica do país.

O país em questão fora primeiramente colonizado por espanhóis, que dizimaram a população nativa indígena e trouxeram os negros africanos. Em 1697, os franceses passam a controlar a ilha que se tornou uma das colônias mais ricas do ocidente, dado o comércio do açúcar. Neste período, 90% da população era de escravos negros, e 10% era da elite branca europeia. (Soares; Silva, 2006). Ao final do século XVIII, começa a se espalhar na colônia os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução Francesa, país colonizador. Os escravos começam a aderir a revolução que se inicia com Vicent Ogé, seguido de Toussaint L'Ouverture e de Jean Jaques Dessalines.

A independência do Haiti é proclamada em primeiro de janeiro de 1804, sendo a primeira colônia a se tornar independente, a abolir a escravatura e a se tornar a primeira república negra. (Soares; Silva, 2006). A partir de então, os antigos escravos deixaram a produção de cana e os trabalhos nos engenhos de açúcar para se dedicarem à agricultura de subsistência. Com isso, o Haiti saiu do mercado de açúcar mundial e, de colônia rica, passou a ser país independente e pobre, sem possibilidade de progredir na economia internacional. (Gorender, 2004). Apesar da mudança na economia, o poder político continuou centralizado, mas, agora, na minoria mulata e não mais branca. A dependência econômica se manteve e a França só reconheceu a independência em 1824, exigindo indenização, que dificilmente seria paga.

O final do século XIX e o começo do século XX foram marcados por disputas internas pelo poder, deixando o Haiti vulnerável aos interesses externos bem como às intervenções internacionais para conter revoltas populares. (Matijascic, 2010). Entre 1915 e 1934, os Estados Unidos interviram militarmente em defesa de seus interesses e, após a retirada das suas tropas, entre 1934 e 1956, o Haiti enfrentou um novo período de instabilidade política proveniente da disputa pelo poder. Em 1956 e com apoio americano do período da Guerra Fria, François Duvalier se tornou presidente e, seis anos depois, transformou o governo em regime autoritário. Em 1971, Jean-Claude Duvalier assume o regime mantendo o autoritarismo herdado do pai até 1986 (ibid.) quando foge para a França. Depois de uma longa instabilidade, em fevereiro de 1991, Jean-Bertrand Aristide vence as eleições a partir de uma missão conjunta de observação eleitoral instaurada pela ONU e pela OEA em 1990. O presidente eleito foi deposto pelo general Raul Cedras em outubro de 1991, voltando ao poder pelas tropas de manutenção da paz da ONU (ibid.), depois de sanções americanas impostas ao país.

Foram cinco intervenções da ONU somente na década de 1990 até o presente. A ação de forças internacionais, inclusive da cooperação internacional, é evidente, pois a independência política não garante a estabilidade interna e nem a democracia nem a soberania nacional. Como em vários países latino-americanos (Adda, 1992), a independência haitiana tem um impacto reduzido sobre as suas estruturas econômicas e o seu modo de inserção na economia mundial, permanecendo área periférica. Observa-se que o Haiti se forja como região subjugada às forças de economias centrais como Adda chama atenção para o caso dos países periféricos (1997), onde projeto de modernidade produz exclusão e coloca-os, mesmo na atual fase de globalização, numa situação de dependência econômica (Adda, 1997; Wallerstein, 1980; Frank, 1971, apud Pelling, 2003).

Este breve relato histórico, ajuda a compreender o que foi dito por Santos (2008) sobre a existência de causas socioeconômicas anteriores às condições de vulnerabilidade atuais. No entanto, acredita-se que estas causas são fatores contribuintes, no sentido dado por Cardona (2003), para o

estabelecimento de uma situação a vulnerabilidade socioeconômica e ambiental da população haitiana no tempo. Tal como sugerem Blackie et al (1994) e Kasperson et al (1995) (apud Pelling 2003), a globalização tem relação com a construção da vulnerabilidade, agravando a instabilidade política e as condições periféricas do país, caracterizando a vulnerabilidade como fenômeno cíclico. A vulnerabilidade do Haiti se comprova com as suas estatísticas: mais de 2,1 milhões de haitianos afetados pela insegurança alimentar severa (2013), o que corresponde a 23% da população, enquanto em 2011 eram 800 mil haitianos nesta condição; 81.600 de crianças abaixo de 5 anos sofrem de desnutrição grave ou média (90%) (UNOCHA, 2013). Dos 10 milhões de habitantes, 42% vivem sem acesso a água potável (UNICEF, WHO, apud. ibid.); o fornecimento de água potável, nos pontos de água estabelecidos na comunidade, tem sido reduzido para 23 campos, dos 496 que desfrutavam este serviço; o aumento na frequência e no número de casos de cólera em vários departamentos identificados como os mais vulneráveis, com uma taxa de infecção de 4,4%, estando relacionado à época das chuvas, à temporada de ciclones e à inundação subsequente, que afeta grande parte do país; somente 52% das pessoas que vivem nos acampamentos são capazes de identificar pelo menos três práticas para se prevenir a cólera, apesar de não contarem com quase nenhum acesso a lavagem das mãos ou instalações sanitárias. O surto pode tornar-se mais grave por causa da diminuição significativa dos esforços relacionados a prevenção e a resposta que pode estar relacionada ao redirecionamento do financiamento humanitário frente ao declínio no número de ONGs no país (UNOCHA, 2013).

A extrema vulnerabilidade da população que vive nas zonas rurais foi demonstrada na passagem do furacão Sandy, em outubro de 2012, destacando que muitos dessas áreas estão localizados em áreas propensas a inundações, ou seja, relacionando o risco às vulnerabilidades. Acrescenta-se a falta de acesso ao saneamento básico, relacionado aos altos níveis de defecação ao ar livre e inundações, fazem com que a zona rural haitiana seja um ambiente propício para que doenças transmitidas pela água, como a cólera, sejam propagadas. (UNOCHA, 2013)

Segundo a UNOCHA (2013), há registrados 118.000 vítimas de cólera no país. Mesmo com o número total de casos de cólera diminuindo, os surtos estão em ascensão nas áreas remotas enquanto a capacidade de resposta tem tido significativa diminuição. Em 27 de Novembro de 2012, o Ministério da Saúde Pública e População relatou 621.660 casos de cólera e 7.759 mortes desde outubro de 2010, época de grande surto. A epidemia declinou quanto à infecção e às taxas de mortalidade em 2012, mas um aumento dos casos em áreas remotas foi relatado após a tempestade tropical Isaac e o furacão Sandy (2012). Tudo isto mostra que a vulnerabilidade, se não remediada, é agravada por eventos naturais (Pellings, 2003).

Com este relato, fica ainda mais claro que a vulnerabilidade socioeconômica, prévia a tais eventos, acaba afetando áreas diversas, como a da saúde, e é influenciada (se não agravada) pela ausência de trabalhos importantes na prevenção e na resposta, que no caso haitiano, parece depender da ajuda financeira e humanitária da cooperação internacional. Assim, para atuar em relação à mitigação das vulnerabilidades, é importante se atentar que a redução da exposição ao risco oferece um benefício imediato, mas, também, oferece uma solução a longo prazo de saída da pobreza, uma vez que “baixa exposição ao risco liberta o pobre para se engajar numa arriscada, mas mais rentável, produção e investimentos estratégicos, incluindo investimento na educação de suas crianças.” (Kanbur; Squire, 2000, p.185).

#### 4 CONCLUSÃO

Pelo exposto, a relação entre o modelo de desenvolvimento e a vulnerabilidade é direta, ou seja, quanto maior a exclusão historicamente construída pelo desenvolvimento capitalista, maior a vulnerabilidade das populações. Isto põe um desafio para todos: o da transformação das bases deste modelo produtor de exclusões e vulnerabilidades. Para tal, é necessário que se aceite o fato de que o sistema social e o natural coevoluem e que, na medida em que o primeiro faz parte deste último, ele contribui para o natural. Nesta perspectiva ecologicamente centrada, a visão de mundo complexa e a abordagem teórica da complexidade contribuem para a compreensão da relação acima

por conta da tomada em consideração de aspectos contextuais e históricos, trazendo para a primeira instância do debate a noção de resiliência das populações vulnerabilizadas. Ou seja, que estas sejam capazes de se reorganizarem ou de criarem situações de adaptações como resposta a um evento.

A questão da pobreza e da vulnerabilidade são complexos por apresentarem fatores históricos, sociais, econômicos e culturais, além de serem constantemente produzidos e reproduzidos pelo sistema vigente, o capitalismo. Vale destacar que este trabalho não procura reduzir as definições e relações entre as temáticas ao que fora discutido aqui, por se ter certeza da complexidade de cada uma e de suas interações. Percebe-se a relação presente entre a manutenção da vulnerabilidade e fatos políticos que minem a capacidade local de auto organização, o tecido social, e que reflitam a situação de dependência econômica, típica de áreas periféricas, o que aponta para o fato de a história continuar sendo construída no país como relevante fator vulnerabilizante.

Isto se direciona para os fatos políticos atuais no Haiti: um novo governo foi empossado em maio de 2012, mas as relações entre o Executivo e o Legislativo permaneceram conflituosas, uma vez que houve discordância em relação a composição de um conselho eleitoral permanente e um Conselho Constitucional, o que influenciou no calendário das eleições locais para parlamentares, que foram remarcadas somente para os meados de 2013. Desde o final de 2012, manifestações contra o Governo ocorreram nas principais cidades, protestando principalmente contra o aumento dos preços e reivindicando as promessas de campanha que não foram cumpridas, criando uma crescente agitação social. Isto se agrava com o impacto da seca e do furacão Sandy, além do risco crescente de desnutrição e da perda de poder de compra em todo o Haiti sem mencionar a baixa capacidade de resposta local ao terremoto de 2010. Com isto, é provável que o período eleitoral aumente ainda mais a agitação das disputas políticas. (UNOCHA, 2013)

Além disso, segundo a UNOCHA (2013), o investimento privado e o compromisso de doações a longo prazo permanecem comprometidos, a não ser que a confiança na recuperação sustentável seja alcançada. Ainda, a reforma no judiciário é demorada e a construção de uma força policial nacional forte e responsável também não foi concluída. Quanto a MINUSTAH<sup>4</sup>, a missão de paz é impopular e percebida, tanto na mídia como na opinião popular, como uma força de ocupação ao invés de estabilização. Consequentemente, as ONGs e os variados órgãos da ONU também estão sujeitos a essas opiniões populares. (UNOCHA, 2013)

Portanto, conclui-se que medidas paliativas não resolverão por completo o problema da vulnerabilidade socioambiental da sua população, por ser um fenômeno complexo e construído por e em diversos âmbitos da sociedade. Considera-se, então, que o trabalho com as vulnerabilidades e com a exposição a riscos socioambientais deve abordar o problema da pobreza não só em termos isolados, mas em uma perspectiva interdisciplinar e integrada capaz de rever as referências ideológicas do modelo de desenvolvimento atual com o intuito de sustentar o projeto de sociedade haitiana socialmente justo e ecologicamente sustentável.

#### 4 REFERÊNCIAS

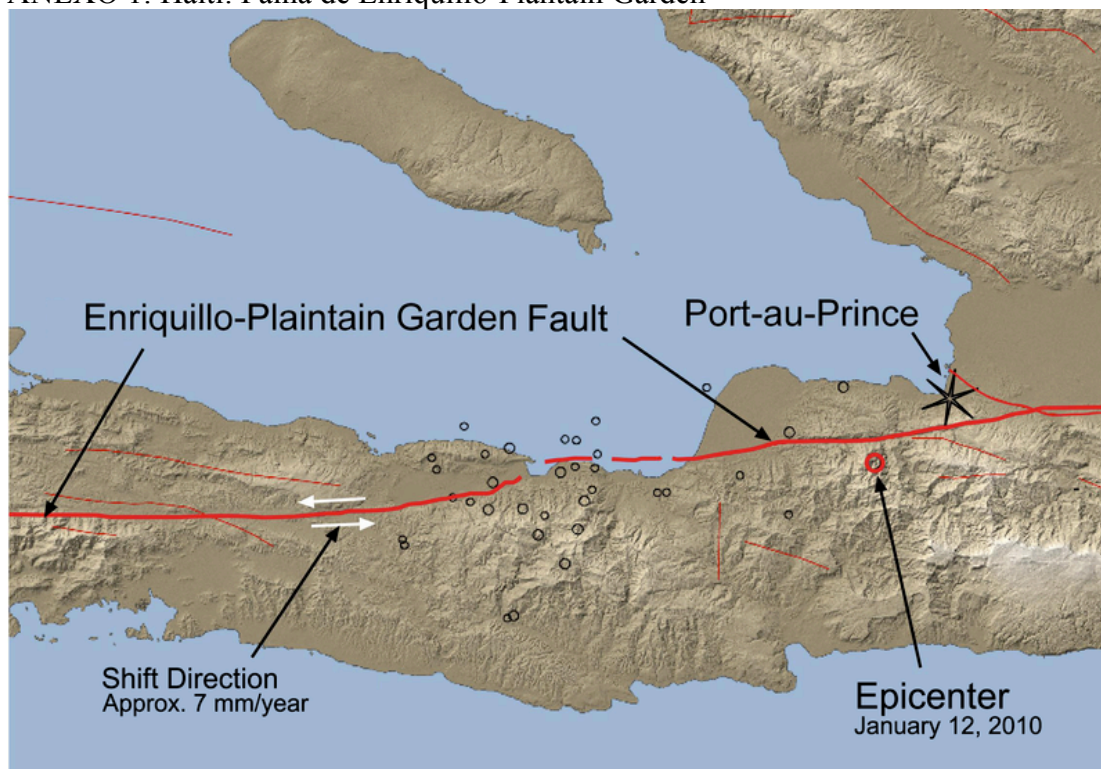
- Abramovay, M.; Castro, M. G.; Pinheiro, L. C.; Lima, F. S.; Martinelli, C. C. (2002). *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas*. Unesco.
- Adda, J. (1997). *La mondialisation de l'économie*. Paris: Ed. La Découverte.
- Berman, M. (2007). *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Braga, T.; Oliveira, E.; e Givisiez, G. (2006) *Avaliação de metodologias de mensuração de risco e vulnerabilidade social a desastres naturais associados à mudança climática*. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu/MG.
- Cardona, O. D., et al. (2005). *System of indicators for disaster risk management: main technical report*. Washington: Instituto de Estudios Ambientales Universidad Nacional de Colombia / Inter-American Development Bank.

<sup>4</sup> MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti, estabelecida desde 2004 sob a égide do Brasil.



- Da Silva Rosa, T.; & Mattos, R. (2012). *Exclusão, Vulnerabilidades e Mudanças Climáticas*. Latin American Studies Association, San Francisco.
- Da Silva Rosa, T.; Bonatti, M.; Vanini, A.; & Zuffo, C. (2013). *Socioenvironmental Vulnerability and Climate Change Adaptation: a Brazilian Contribution*. Latin American Studies Association Congress, Washington D.C.
- Geremek, B. (1997) A piedade e a força. *História da piedade e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar.
- Gorender, J. (2004) O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados*, 18(50), 295-302.
- Hicks, N. L. (1994) Pobreza e desenvolvimento: a experiência latino-americana. In J. P. R. Velloso; R. C. Albuquerque (orgs). *Modernidade e Pobreza*. São Paulo: Nobel [VI Fórum Nacional, 1994].
- IBGE (2012). *Síntese de indicadores sociais 2012: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro.
- Kanbur, R.; & Squire, L. (2000). The Evolution of Thinking about Poverty: Exploring the Interactions. In G. M. Meier; J. E. Stiglitz (orgs.). *Frontiers of Development economics: the future in perspective*. World Bank.
- Lavinas, L. (2002). Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. *Revista Econômica*, 4(1), 25-59.
- Matijascic, V. B. (2010). Haiti: uma história de instabilidade política. *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH/SP – UNESP-Franca.
- Ministério da Integração Nacional (2007). Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Política Nacional de Defesa Civil*. Brasília.
- Morin, E. (2007). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- ONU (2012). *Oito jeitos de mudar o mundo*. Recuperado em 28 de novembro de 2012, de <<http://www.objetivosdomilenio.org.br>>.
- ONU-HABITAT (2012). *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: Rumbo a una nueva transición urbana*. Kenia.
- Pelling, M. (2003). *Natural disasters and development: in a globalizing world*. London, New York: Routledge.
- Ranhema, M. (2003). *Quand la misère chasse la pauvreté*. Paris: Fayard.
- Santos, C. S. N. (2008). Un acercamiento al tema de la vulnerabilidade social. In A. I. G. Lemos; J. L. S. Ross; A. Luchiari (orgs.). *América Latina: sociedade e meio ambiente*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Soares, A. L.; & Silva, E. B. (2006). A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804). *Ameríndia*, 1(1), 1-8.
- Souza, A. P. (2004). Por uma política de metas de redução da pobreza. *São Paulo em perspectiva*, 18(4), 20-27.
- UNISDR (2005). Resumen del Marco de Acción de Hyogo para el 2005-2015: Aumento de la Resiliencia de las Naciones y las Comunidades ante los Desastres (Marco de Hyogo). *Informe de la Conferencia Mundial sobre la reducción de desastre*. Japão.
- UNOCHA (2013). *Haiti: Humanitarian Action Plan*. New York, Geneva.
- Valencio, N. (2010). Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. *Saúde e Sociedade*, 19(4), 748-762.
- Velloso, J. P. R. (1994) *Modernidade e pobreza*. In J. P. R., Velloso; R. C. Albuquerque (orgs). São Paulo: Nobel.
- World Bank (2012). *Data: Haiti*. Recuperado em 28 de novembro de 2012, de <[http://data.worldbank.org/country/haiti#cp\\_wdi](http://data.worldbank.org/country/haiti#cp_wdi)>.
- World Bank (2013). *Haiti Overview*. Recuperado em 24 de junho de 2013, de <http://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>.

## ANEXO 1: Haiti: Falha de Enriquillo-Plantain Garden



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Falha\\_de\\_Enriquillo-Plantain\\_Garden](http://pt.wikipedia.org/wiki/Falha_de_Enriquillo-Plantain_Garden) acessado em 25/07/2013

ANEXO 2: Dados do Haiti segundo o Haiti Humanitarian Action Plan 2013 publicado pela United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs ([https://docs.unocha.org/sites/dms/CAP/2013\\_Haiti\\_HAP.pdf](https://docs.unocha.org/sites/dms/CAP/2013_Haiti_HAP.pdf))

Apesar do referido Plano de ação considerar que, nos últimos 3 anos, a ajuda humanitária ter contribuído para melhorar a condição de vida de 1,5 milhão de habitantes, os dados abaixo revelam uma situação ainda grave mostrando o quanto ainda se tem para fazer em favor de sua população. Este plano de ação procurará atingir 1 milhão de haitianos, os mais vulneráveis. Neste sentido, este plano poderá contribuir para a redução de deslocados internos em função do terremoto e, por conseguinte, de possíveis imigrantes.

- Mais de 2,1 milhões de haitianos são afetados pela insegurança alimentar severa (23%) - em 2011 eram 800.000 - sendo que 500.000 pessoas são classificadas como extremamente vulnerável.
- 81.600 de crianças abaixo de 5 anos sofrem de desnutrição grave ou média (90%)
- quase 360 mil deslocados situados em 496 acampamentos no país apesar (uma diminuição de 77% do pico de 1,5 milhões, em Julho de 2010).
- 71.400 ainda são vítimas do furacão Sandy (em 2012)
- 118.000 são vítimas de cólera (dado de 2013)
- População (IHSI 2010) – 10 M
- Produto interno bruto (GDP) per capita - \$671(de acordo com o Banco Mundial 2012)
- % de pessoas que vivem com menos de \$1,25 por dia (HDR 2012) – 54,9%
- Expectativa de vida (HDR 2012) – 62,1 anos
- % de pessoas que vivem sem acesso á água potável (UNICEF- WHO): 42%
- 12.000 pessoas com HIV E AIDS